



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Departamento de Licitações

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM PROCESSO LICITATÓRIO

Processo nº: 68/2023
Modalidade: Pregão nº 40/2023
Edital nº: 40/2023
Tipo: Menor Preço
Critério de Julgamento: por Item
Sistema: Registro de Preços
Recorrente: Iki Nana Uniformes EIRELI

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa IKI NANA UNIFORMES EIRELI contra a decisão do pregoeiro que a declarou inabilitada nos autos do Processo Licitatório em epígrafe, face à apresentação de prova de inscrição no CNPJ com data de emissão superior a 90 (noventa) dias e à apresentação de Certidão Simplificada ou Simplificada Digital da Junta Comercial com data de emissão em tempo superior ao permitido pelo Edital.

Aduz a Recorrente, em síntese, que deve ser avaliada a declaração de atendimento da lei de microempresa interposta pelo sistema, bem como o Anexo IV do Edital convocatório, assinado digitalmente; em relação à data de emissão do CNPJ, sustenta que deve ser aplicado o entendimento do Tribunal de Contas da União, segundo o qual a vedação à inclusão de novo documento não alcança



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Departamento de Licitações

documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta.

É o relatório.

II - DO MÉRITO

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, estabelece que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Assim sendo, a Lei Maior prevê no inciso XXI do dispositivo constitucional supracitado que, ressalvados os casos expressamente previstos em lei, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública.

A finalidade é promover a igualdade entre todos interessados e assegurar à Administração a possibilidade de contratar a proposta mais vantajosa, mediante a estrita observância aos princípios constitucionais e legais que orientam e limitam a atuação administrativa.

Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro,

[...] licitação é o procedimento administrativo pelo qual o ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, **que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório**, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração de contrato”. (Direito Administrativo. Forense, 2018, p. 505.)

O Processo nº 68/2023 refere-se a registro de preços para futura e eventual aquisição de uniformes para atender diversas Secretarias e Setores da Prefeitura



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Departamento de Licitações

Municipal de Monte Carmelo. Trata-se de licitação regionalizada para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

O subitem 9.2 do Edital discrimina os documentos que deverão ser apresentados para fins de habilitação, dentre eles, prova de Inscrição no CNPJ, expedido no máximo há 90 (noventa) dias antes da data do certame e certidão simplificada ou simplificada digital da junta comercial, com data de emissão máxima de 90 (noventa) dias, para fins de comprovação da condição de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP).

No presente caso, trata-se de licitação pública na modalidade Pregão, sendo que a aplicação da Lei 8.666/93 ocorre apenas de forma subsidiária nas situações em que se verifiquem a incompatibilidade com a natureza ou com as peculiaridades desta modalidade de licitação.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou nos seguintes termos: “À licitação na modalidade pregão, aplicam-se, subsidiariamente, disposições da Lei 8.666/93”. (REsp nº 822.337/MS, 1ª T., rel, Min. Francisco Falcão, j. em 16.05.2006, DJU de 01.06.2006.)

O parágrafo terceiro do art. 43 da Lei nº 8.666/1993 assim estabelece:

Art. 43 [...]

[...]

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

De acordo com o entendimento do Tribunal de Contas de União:

Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Juntada. Princípio da isonomia. É lícita a admissão da juntada de documentos, durante as fases de classificação ou de habilitação, que venham a atestar



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Departamento de Licitações

condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, sem que isso represente afronta aos princípios da isonomia e da igualdade entre as licitantes. Acórdão 966/2022 Plenário (Representação, Relator Ministro Benjamin Zymler)

De fato, assiste razão à Recorrente ao fazer referência ao Acórdão 1211/2021 do TCU-Plenário, Relator Min. Walton Alencar Rodrigues, segundo o qual:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida a oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. 4

[...]



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Departamento de Licitações

Já o art. 42, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, aplicado subsidiariamente ao Pregão, dispõe que é “facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informações que deveria constar originalmente na proposta”.

O art. 2º, §2º, do Decreto 10.024/2019, por sua vez, reproduziu o mesmo texto do art. 4º, parágrafo único, do Decreto 3.555/2000: *“as normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação”*.

Como visto, a interpretação literal do termo “[documentos] já apresentados” do art. 26, §9º, do Decreto 10.024/2019 e da vedação à inclusão de documento *“que deveria constar originariamente da proposta”*, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 pode levar à prática de atos dissociados do interesse público, em que o procedimento licitatório (meio) prevalece e ganha maior importância que o resultado almejado, qual seja, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração (fim).

Imperioso observar que, visto por este prisma, a interpretação literal desses comandos legais vai contra o entendimento da jurisprudência deste Tribunal, no sentido de que o edital não constitui um fim em si mesmo. Cito caso semelhante à situação ora tratada em que, por meio do Acórdão 1.758/2003-TCU-Plenário, de minha relatoria, o TCU considerou regular a inclusão de documentos no processo licitatório, no ato da sessão, conforme autorizado pela pregoeira, no exercício de suas regulares atribuições, tratadas no art. 11, incisos XIII e XIV, do Decreto 3.555/2000.

O edital de licitação constitui instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, quais sejam, assegurar a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos termos do art. 3º, *caput*, da Lei 8.666/93. Dessa maneira, a interpretação e a aplicação das regras estabelecidas devem ter por norte o atingimento dessas finalidades, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuam para esse desiderato.

As regras de licitações e a jurisprudência vêm evoluindo nesse sentido, sendo possível, por exemplo, ante à falta de juntada de comprovantes de regularidade fiscal pelo licitante, a consulta, pelo próprio agente público que conduz o certame, a sites públicos em



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Departamento de Licitações

que constem tais documentos, nos termos do art. 40, parágrafo único, do Decreto 10.024/2019.

Em alinhamento com esse entendimento, a vedação à inclusão de documento *“que deveria constar originariamente da proposta”*, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, deve se restringir ao que o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação. Caso o documento ausente se refira a condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, e não foi entregue juntamente com os demais comprovantes de habilitação ou da proposta por equívoco ou falha, haverá de ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

Isso porque admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

Cito ainda o disposto no art. 64 da nova Lei de Licitações (Lei 14.133 de 1º de abril de 2021), que revogará a Lei 8.666/1993 após decorridos 2 anos da sua publicação oficial:

[...]

O dispositivo reproduz a vedação à inclusão de novos documentos, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993; porém, deixa salvaguarda a possibilidade de diligência para a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, o que se alinha com a interpretação de que é possível e necessária a requisição de documentos para sanear os comprovantes de habilitação ou da proposta, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

Assim, nos termos dos dispositivos citados, inclusive do art. 64 da Lei 14.133/2021, entendo não haver vedação ao envio de documento que não altere ou modifique aquele anteriormente encaminhado.

[...]

[...]

De acordo com o entendimento de Matheus Carvalho *et. al.*, (Nova Lei de Licitações Comentada e Comparada, 2022, p. 267), “a realização da diligência não precisa vir prevista no instrumento convocatório, uma vez que está relacionada às



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Departamento de Licitações

atribuições dos agentes públicos competentes para o processo licitatório. Se o documento houver sido entregue e, sobre o mesmo existir alguma dúvida ou obscuridade e, sem abertura de prazo para diligência, for o licitante inabilitado, o esclarecimento pode ser juntado com o recurso interposto no ato. Isso não significa que houve a apresentação de novo documento, mas apenas esclarecimento do documento anterior. Admite-se, ainda, a apresentação de documento em virtude do término da eficácia do anterior. É o que ocorre com a certidão negativa de débitos que chega ao seu vencimento antes do final do processo. Mais uma vez não se trata da apresentação de novo documento, mas apenas atualização de informação já apresentada.”

Ademais, o art. 47 do Decreto Municipal nº 2305, de 30 de julho de 2020, prevê expressamente que “O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.”

Assim sendo, assiste razão à Recorrente, considerando que de acordo com o entendimento do TCU, admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Departamento de Licitações

Ora, no presente caso, os documentos juntados pela licitante Recorrente são anteriores, inclusive, ao Pregão, cuja sessão foi iniciada em 06/06/2023. Portanto tratam-se de documentos pré-existentes, que não foram juntados de maneira atualizada, na forma exigida pelo Edital, por erro ou falha da empresa, que deles já dispunha.

III - DA DECISÃO

Posto nestes termos, CONHEÇO do recurso interposto pela empresa RECORRENTE para, em sede de JUÍZO DE RETRATAÇÃO, decidir pela habilitação da empresa IKI NANA UNIFORMES EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 05.508.553/0001-73.

Monte Carmelo, 20 de junho de 2023.


ISCLERIS WAGNER GONÇALVES MACHADO
Pregoeiro